



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

37ª Reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Brasília/DF.
29 de Junho de 2017.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotípia

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Item 4, dar ciência ao Conselho sobre a moção 19/2017 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Informo que a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos recebeu a moção 19/2017 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba encaminhada por meio do ofício circular 10/2017, tendo como um dos destinatários esse Colegiado. A moção foi motivada pela promulgação da lei do Estado de Goiás, nº 19.574 de 29 de dezembro de 2016, na parte que extingue o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado de Goiás, e sua incorporação ao Conselho Estadual de Saneamento Meio Ambiente e Recursos Hídricos, composto pelas Câmaras Temáticas de saneamento de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. O assunto foi colocado na pauta da 139ª reunião da CTIL, realizada nos dias 24 e 25 de maio. Sendo assim, chamamos o senhor Júlio Tadeu, Presidente da CTIL para relatar os encaminhamentos dados naquela ocasião.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Bom, a Secretaria-Executiva, o Comitê da Bacia do Paranaíba fez essa moção, a preocupação dele, como já foi colocado para todos os senhores, o Estado de Goiás ele extinguiu o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e incorporou esse Conselho Estadual em um outro Conselho maior, que trata também de saneamento e meio ambiente. Então, o Comitê do Paranaíba ele fez uma moção de repúdio a essa decisão e enviou a diversas autoridades, inclusive para nós aqui, para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Na CTIL nós discutimos um ponto que foi o que é competência do Conselho, o que seria competência nossa para discutir esse tema. É claro que a federação, cada Estado nas suas atribuições tem o direito de fazer o que for necessário para sua administração, quer dizer, pode fazer as mudanças que queiram fazer dentro do Estado. Agora, para nós a pergunta que ficou foi que quem participa do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os Conselhos Estaduais que participam do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, eles têm que tratar de recursos hídricos. A CTIL não se sentiu confortável de tomar nenhuma decisão se não ouvisse também o estado. Nós ouvimos o representante do Comitê do Paranaíba, que estava presente na reunião da CTIL, expôs os seus motivos, mas não tinha nenhum representante do Governo de Goiás para tentar, enfim, explicar. Tem algumas perguntas de como seria essa composição, como seria dada, como vão ser dadas as decisões em um Conselho Multi Objetivo aí, enfim algumas dúvidas. Aí optou-se para que se fizesse um convite à Secretaria de Goiás que viesse aqui, enfim, tirar algumas dúvidas que ficaram no ar lá durante a CTIL. E aí nós aqui do Conselho decidiríamos qual encaminhamento a dar. Seria uma moção, que tipo de moção seria essa, ou seria um comunicado, alguma coisa assim que nós aqui no Plenário tomaríamos essa decisão. Então, foi essa a ideia. Era que nessa reunião de hoje nós tivéssemos um esclarecimento maior sobre esse tema e aí desse um encaminhamento a ser feito, e se for o caso de se fazer uma moção ou um outro documento, o assunto deveria retornar à CTIL para que a CTIL fizesse esse tipo de documento. Porque eu acho que fica muito difícil aqui em uma reunião de Plenário nós chegarmos em um acordo no texto, em um documento seja ele qual for, se for o caso de se fazer esse documento. Então, é isso, quer dizer, então, nós fizemos esse convite.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Ok. Informo ao Plenário que foi enviado o ofício 12/2017, de 20 de junho, convidando o Secretário Vilmar da Silva Rocha para participar dessa reunião do CNRH. Convido o Secretário de Goiás ou o representante para realizar os esclarecimentos. Não vieram? Em discussão a matéria. Algum Conselheiro queira discuti-la? Conselheiro Júlio Thadeu, então, por favor.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – O fato é que infelizmente o representante de Goiás não pôde comparecer, a minha sugestão é que assunto volte à CTIL com a orientação de que talvez, de ter essas explicações, de obter essas explicações. Talvez se na reunião da CTIL não for, não estiver presente também o representante do Estado, nós talvez fizéssemos uma comunicação, uma comunicação ao Estado pedindo, solicitando esclarecimento principalmente quanto às atribuições e funcionamento desse Conselho novo no que diz respeito a Recursos Hídricos. Encaminhamento.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Então, em discussão, vamos colocar em votação, então, a sugestão do Conselheiro Júlio de que o assunto retorne à CTIL. Os senhores Conselheiros que aprovam a sugestão, por gentileza levantem o crachá. Ok. Os Conselheiros contrários. Nenhum voto? Alguma abstenção? 2 abstenções. Então, a matéria retorna à CTIL.